

MEC planeja avaliar melhor a faculdade que empregar mais

Educação

MEC planeja mudar as avaliações de curso superior e faculdade

Empregabilidade, taxa de conclusão e impacto social seriam os novos indicadores de qualidade

ISABELA MOYA

O governo federal planeja incluir critérios de empregabilidade de egressos e impacto social dos cursos na análise da qualidade das graduações e das faculdades do País. As propostas para criação dessa cesta de indicadores foram apresentadas pela primeira vez na segunda-feira, na divulgação dos resultados de 2022 (dados mais recentes) dos cursos superiores pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), órgão de avaliação ligado ao Ministério da Educação. Não há prazo para implementação, mas um dos principais elementos dessa análise, o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade), já deve passar por mudança em 2024. O Inep apresentou para as instituições de educação superior no final de março a proposta de reformulação da avaliação dos cursos de licenciatura e afirmou ter "só manifestações de apoio". Os pontos principais dizem respeito à definição de novas matrizes de referência; modelos de itens; e formato das provas, com o objetivo de avaliar as competências teóricas dos estudantes. Além disso, a indicação de padrões mínimos de de-

sempenho esperado e a criação de uma avaliação das competências práticas desenvolvida ao longo dos estágios supervisionados também fazem parte do projeto.

COMO É. Hoje, o Conceito Preliminar de Curso (CPC) avalia as graduações. Ele leva em consideração o desempenho dos alunos por meio de uma avaliação nacional (Enade), o corpo docente (quantidade de mestres, doutores e de docentes com dedicação em tempo integral), a infraestrutura e um questionário respondido pelos universitários. Já o Índice Geral de Cursos (IGC), outro indicador, inclui também a avaliação da pós-graduação e dá uma nota para as instituições.

Também se estuda criar indicadores setoriais. "Reconhecemos que esses resultados podem ter significados específicos para cada curso e instituições", afirmou o diretor de Avaliação da Educação Superior do instituto federal, Ulysses Teixeira. No formato atual, cada carreira é avaliada a cada três anos. O governo já manifestou a intenção de fazer uma avaliação anual para parte dos cursos, como seria o caso dos de formação docente, de modo a melhorar a qualidade e superar os gargalos do ensino básico.

Raio X

541 cursos na Região Norte estavam entre as faixas 4 e 5 do CPC, o equivalente a 6% do total de programas avaliados - pior resultado.

3.988 cursos estavam nas faixas 4 e 5 no Sudeste, 45% dos avaliados e melhor resultado.

54 instituições tiveram nota máxima no IGC, 2,7% das analisadas.

12 instituições alcançaram a nota mais alta do IGC pela 1.ª vez: UFBA, UFPE, UFC, UFRN, UFPM, PUC-RS, Unioeste (PR), PUC-SP, PUC-RIO, FACESGRANRIO, FPL e Fadesp (SP). Em 2022, via Enade, foram avaliados programas de Administração, Comunicação Social e Direito, entre outros.

COMO FUNCIONARIA. Conforme o governo federal, seria feita uma avaliação multidimensional por meio de cinco novas dimensões: Formação e Empregabilidade (que avalia empregabilidade dos egressos e

entrada em pós-graduação, por exemplo); Condições de Oferta e Organização Didático-Pedagógica (infraestrutura, corpo docente, organização didático-pedagógica); Pesquisa e Desenvolvimento (envolvendo proporção de doutorandos, citações, patentes, iniciação científica e internacionalização); Extensão e Participação Social (que mede o impacto social das atividades feitas pela instituição); e Acesso, Permanência e Conclusão (um componente que incluiria vagas ociosas, taxas de conclusão e desistências).

Com esses pontos analisados, na visão do Inep, "a instituição passaria uma mensagem mais detalhada do que faz" e "ajudaria o estudante a tomar a decisão de qual instituição quer entrar", segundo Teixeira. Os questionários para avaliação de estágios supervisionados também devem ser modificados.

CRÍTICAS. Há vários anos, o modelo de avaliação do ensino superior sofre críticas de especialistas e entidades do ensino superior privado. Criado em 2004, o Enade é obrigatório para conclusão da graduação em instituições privadas e nas públicas federais. Esse exame avalia o rendimento dos alunos em duas partes: conteúdos específicos dos cursos em que estão matriculados e em conhecimentos gerais. Não há, porém, desempenho mínimo esperado dos estudantes.

Para representantes das faculdades, os alunos não têm compromisso com o exame - há casos até de boicotes. Um relatório da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) de 2018, feito a pedido do MEC, mostrou que o Enade falha na tarefa de atestar a qualidade.

OS NÚMEROS DE 2022. Dentre os resultados obtidos com as avaliações de 2022, o Inep destacou que os cursos presenciais mais bem representados

nas faixas superiores - isto é, com notas maiores -, na comparação com os cursos a distância (EAD). No Conceito Preliminar de Curso (CPC), 38,2% dos cursos presenciais estão nas faixas 4 e 5 (a classificação vai de 1 a 5), enquanto 26,6% das graduações remotas ocupam as mesmas faixas. Já nas faixas inferiores, a representação é semelhante entre as duas modalidades: 10% dos cursos presenciais e 8,1% dos a distância estão concentrados nas faixas 1 e 2 do CPC.

Unanimidade contrária Há vários anos, o modelo de avaliação sofre críticas de especialistas, alunos e instituições de ensino

Já o índice Geral de Cursos Avaliados da Instituição (IGC), que concentra também a avaliação da pós-graduação, mostra que das 9 milhões de matrículas, quase 5 milhões estão em instituições privadas com fins lucrativos com IGC na faixa 3. "Nenhuma instituição com pós-graduação ficou na faixa 1, e aquelas com mais pós-graduações estão concentradas nas faixas maiores, o que leva a crer que as instituições que atingem uma maturidade relevante também têm reverberações na graduação", disse Teixeira, diretor do Inep.

Segundo ele, os resultados subsidiam várias políticas públicas, processos de supervisão e regulação do ensino superior, além de serem usados na definição da matriz orçamentária da rede federal de educação superior e no critério de seleção de políticas públicas. "Queremos que cada instituição se debruce sobre os resultados apresentados e veja como estão a percepção dos estudantes, as condições do corpo docente e os resultados entregues. A partir disso, é preciso planejar como a avaliação externa pode aperfeiçoar seu processo formativo." ●

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Estado de S. Paulo

Seção: MetrÓpole Caderno: A Pagina: 14